

Morte lenta do Saúde em Casa

Relatório que será entregue na semana que vem ao governador Roriz aponta falhas no programa e pode decretar seu fim

Samanta Sallum
Da equipe do Correio

Asobrevivência do Saúde em Casa está ficando cada vez mais difícil. Depois de realizar uma devassa no programa, a Secretaria de Saúde encerrou um relatório que não é nem um pouco favorável à sua manutenção. As conclusões do levantamento serão entregues na próxima semana ao governador Joaquim Roriz para que ele tome a decisão final sobre o destino do programa e de seus 3 mil servidores.

Mas uma coisa já está certa. Mesmo que seja mantido, o programa vai passar por mudanças radicais. E elas já começaram com o corte de certos privilégios dos servidores. O governo não vai pagar o vale-alimentação para eles. "Não há recursos para manter isso. E seria injustiça com outras categorias que não recebem há muito tempo o benefício", justifica a coordenadora geral do programa, Maria da Paz Dutra Martins.

A definição sobre o futuro do Saúde em Casa não pode mais esperar. Isso porque no dia 14 de fevereiro vence o prazo do convênio entre a Fundação Hospitalar e o Instituto Candango de Solidariedade — responsável pela contratação dos servidores do programa.

Com o fim desse convênio, o GDF ganha ainda mais liberdade para fazer as alterações que achar conveniente e poderá até mesmo finalizar o programa. A Secretaria de Saúde informou que o convênio deve ser renovado, mas em moldes bem diferentes. "As cláusulas serão alteradas, porque o programa não será mais o mesmo. Vai ter de sofrer ajustes", adianta Maria da Paz.

Não é à toa que o fantasma da demissão está assombrando o programa desde que Roriz assumiu. Já se

fala numa lista com 200 nomes de servidores que seriam demitidos até o dia 19 de fevereiro. "É pura especulação", diz a coordenadora. Apesar de desmentir a existência da lista, ela admite que alguma redução no quadro do pessoal terá de ser feita. "Essa estrutura é muito grande e não temos orçamento previsto para continuar mantendo-a", explica.

PAGAMENTO

A situação dos servidores do programa é delicada. Eles não têm estabilidade no emprego porque não são concursados. Todos foram admitidos por meio do contrato temporário pelo Instituto Candango de Solidariedade.

Mas os salários de janeiro estão garantidos. Depois de cinco dias de atraso no pagamento, a secretaria de Saúde repassou ontem o dinheiro do pagamento dos servidores do programa ao instituto.

O programa consome mais de R\$ 5 milhões mensais com folha de pagamento. O governo federal, por meio do Ministério da Saúde, contribui apenas com R\$ 600 mil. O resto é desembolsado pelo tesouro local. "Está muito oneroso. E o retorno desse investimento não está sendo satisfatório", avalia Maria da Paz. Segundo ela, o orçamento mensal do Saúde em Casa é maior do que o gasto pela Secretaria de Saúde do Maranhão.

Além disso, o relatório a ser entregue ao governador vai apontar, por exemplo, que a atuação do programa não ajudou a diminuir a procura pelo atendimento de emergência dos hospitais públicos, que era uma de suas metas.

Os servidores já estão em estado de alerta e estão dispostos a brigar pelo programa e por seus empregos. Em plena segunda-feira de carnaval, eles se reuniram em assembleia na sede da CUT para decidir se decretam greve.

Edson Gés 7.7.98



Uma das marcas da administração Cristovam Buarque, o Saúde em Casa consome R\$ 5 milhões por mês com salários

ANÁLISE DA NOTÍCIA

SOB MEDIDA PARA RORIZ

O Saúde em Casa vai agonizar ao poucos. O relatório da Secretaria de Saúde vai servir apenas como disfarce para uma decisão política que já foi tomada. Será o embasamento que o governador Joaquim Roriz precisava para justificar demissões, o corte de benefícios e a desativação de suas unidades.

Mas, em vez de decretar o fim do que foi uma das marcas do governo petista, ele deve optar por

uma morte mais lenta e menos traumática. Roriz não quer parecer revanchista. Também não quer ser acusado de desempregar mais de 3 mil pessoas por pura perseguição política. O que não ficaria nem um pouco simpático à sua imagem de governador "que não tem ódio no coração".

O que o governo vai fazer é arrancar do programa suas características petistas e colocá-lo nos moldes do "Família em Casa" —

projeto semelhante adotado pelo governo federal. É claro que as mudanças passam por demissões e por corte de privilégios. Hoje o salário de um médico do Saúde em Casa é quase quatro vezes maior que de um da Fundação Hospitalar. A Procuradoria do DF já está estudando meios para alterar os contratos dos servidores do programa, que além de terem salários superiores, recebem vale-alimentação. (SS)